

Termo de Referência 18/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2024	200374-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - MT	ELIEZER GENTIL DE SOUZA	13/11/2024 11:09 (v 8.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		08320.005236/2024-15

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Equipamentos e insumo para laboratórios, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATMAT	Unidade	Valor Unitário	SR/PF /MT	TOTAL
1	Câmara de Vaporização de DFO/Ninidrina	424385	unidade	R\$ 50.983,00	1	R\$ 50.983,00
2	Câmara de Vaporização de Cianoacrilato	424385	unidade	R\$ 220.000,00	1	R\$ 220.000,00
3	D.F.O. (1,8-diazafluoren-9-um), frasco spray 100 ml	226723	unidade	R\$ 519,00	3	R\$ 1.557,00

Item	Especificação	CATMAT	Unidade	Valor Unitário	SR/PF /CE	TOTAL
4	Câmara de Vaporização de DFO/Ninidrina	424385	unidade	R\$ 50.983,00	1	R\$ 50.983,00

5	Câmara de Vaporização de Cianoacrilato	424385	unidade	R\$ 220.000,00	1	R\$ 220.000,00
6	D.F.O. (1,8-diazafluoren-9-um), frasco spray 100 ml	226723	unidade	R\$ 519,00	1	R\$ 519,00

Item	Especificação	CATMAT	Unidade	Valor Unitário	SR/PF /ES	TOTAL
7	Câmara de Vaporização de DFO/Ninidrina	424385	unidade	R\$ 50.983,00	1	R\$ 50.983,00
8	Câmara de Vaporização de Cianoacrilato	424385	unidade	R\$ 220.000,00	1	R\$ 220.000,00
9	D.F.O. (1,8-diazafluoren-9-um), frasco spray 100 ml	226723	unidade	R\$ 519,00	3	R\$ 1.557,00

Item	Especificação	CATMAT	Unidade	Valor Unitário	SR/PF /GO	TOTAL
10	Câmara de Vaporização de DFO/Ninidrina	424385	unidade	R\$ 50.983,00	1	R\$ 50.983,00
0	Câmara de Vaporização de Cianoacrilato	424385	unidade	R\$ 220.000,00	0	R\$ 0,00
11	D.F.O. (1,8-diazafluoren-9-um), frasco spray 100 ml	226723	unidade	R\$ 519,00	3	R\$ 1.557,00

Item	Especificação	CATMAT	Unidade	Valor Unitário	SR/PF /PI	TOTAL
12	Câmara de Vaporização de DFO/Ninidrina	424385	unidade	R\$ 50.983,00	1	R\$ 50.983,00
13	Câmara de Vaporização de Cianoacrilato	424385	unidade	R\$ 220.000,00	1	R\$ 220.000,00

14	D.F.O. (1,8-diazafluoren-9-um), frasco spray 100 ml	226723	unidade	R\$ 519,00	3	R\$ 1.557,00
Item	Especificação	CATMAT	Unidade	Valor Unitário	SR/PF /RR	TOTAL
15	Câmara de Vaporização de DFO/Ninidrina	424385	unidade	R\$ 50.983,00	1	R\$ 50.983,00
16	Câmara de Vaporização de Cianoacrilato	424385	unidade	R\$ 220.000,00	1	R\$ 220.000,00
17	D.F.O. (1,8-diazafluoren-9-um), frasco spray 100 ml	226723	unidade	R\$ 519,00	2	R\$ 1.038,00

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze)** meses, contados da assinatura da **ata de registro de preços**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Havendo divergência entre o CATMAT e o Termo de Referência, prevalecem as descrições do TR.

Nota Explicativa: Mero Preenchimento.

Nota Explicativa: Inclusão explicativa sobre a prevalência do TR sobre o CATMAT.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2024**, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: **00394494000136-0-000040/2024**;
- II) Data de publicação no PNCP: **29/05/2023**;
- III) Id do item no PCA: **64, 65, 66**
- IV) Classe/Grupo: **6640/6642 - EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE LABORATÓRIO**
- V) Identificador da Futura Contratação: **200374-33/2024**

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024 da SR/PF/MT, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

Nota Explicativa: Mero Preenchimento.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.2. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes.

4.1.3. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

4.1.4. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.

4.1.5. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

4.1.6. Os materiais empregados deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

4.1.7. Que seja produzido sem utilização de trabalho escravo ou infantil, o que deverá ser feito mediante declaração do fabricante.

4.1.8. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

4.1.9. A instalação e eventuais manutenções em garantia do equipamento pela empresa contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

4.1.10. Somente será admitida a oferta dos produtos elétricos/eletrônicos que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na classe A.

4.10.6. . A exigência acima não será aplicada se não houver um mínimo de três fornecedores com modelos etiquetados com a ENCE classe "A" .

Nota Explicativa: Inclusão dos requisitos de sustentabilidade a serem observados.

~~Indicação de marcas ou modelos (41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)~~

~~4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...)~~

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

~~4.3. Diante das conclusões extraídas do processo n. _____, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos /marcas:~~

Da exigência de amostra

~~4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados:~~

~~Serão exigidas amostras dos seguintes itens:~~

Da exigência de carta de solidariedade

~~4.5. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato:~~

Nota Explicativa: Excluído, haja vista não haver indicação ou vedação de marcas ou modelos e exigência de amostra ou carta de solidariedade.

Subcontratação

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

~~4.7. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:~~

~~4.7.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: (...):~~

~~4.7.2. A subcontratação fica limitada a [parcela permitida/percentual]~~

~~4.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida:~~

Nota Explicativa: Excluído, uma vez que não haverá subcontratação na aquisição dos equipamentos de laboratórios.

Garantia da contratação

4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, **uma vez que se trata de bens a pronta entrega.**

OU

~~4.10. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato:~~

~~4.11. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato:~~

~~4.12. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato:~~

~~4.13. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação:~~

Nota Explicativa: Excluído, uma vez que não haverá a exigência de garantia.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias**, contatos **do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única**.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **15 (quinze)** dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

SR/PF/MT, UASG 200374, Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 1.205 - Bairro Araés - Cuiabá-MT - CEP 78.008-902.

SR/PF/CE, UASG 200392, Av. Borges de Melo, nº 820 - Bairro de Fátima – Fortaleza-CE - CEP 60.415-510.

SR/PF/ES, UASG 200352, Rua Vale do Rio Doce, 01 São Torquato, Vila Velha-ES - CEP 29.114-105.

SR/PF/GO, UASG 200376, Av. Edmundo Pinheiro de Abreu, nº 826 - Setor Bela Vista – Goiânia-GO - CEP 74.823-030.

SR/PF/PI, UASG 200390, Av. João XXIII, 4500, bairro Recanto das Palmeiras - Teresina-PI - CEP 64.045-795.

SR/PF/RR, UASG 200384, Avenida Brasil, nº 551, bairro 13 de Setembro, Boa Vista - Roraima - CEP 69.308-050.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **12 (doze)** meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **20 (vinte)** dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.9.1. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, nos seguintes termos:

6.9.1.1. elaborar relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo; e

6.9.1.2. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

6.9.1.3.- o recebimento definitivo pelo gestor do contrato, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecerá às seguintes diretrizes:

6.9.1.4. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica e administrativa e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

6.9.1.5. emitir termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados;

Nota Explicativa: Inclusão para detalhar os procedimentos de recebimento dos materiais.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **20 (vinte)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **20 (vinte) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **20 (vinte)** dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Nota Explicativa: Mero preenchimento.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1 o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA](#) de correção monetária.

Nota Explicativa: Mero preenchimento.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

Nota Explicativa: Exclusão por não se aplicar à contratação.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Forma de Fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Nota Explicativa: Mero preenchimento.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

~~**8.4. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;~~

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Microempendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

~~**8.11. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;~~

~~**8.12. Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;~~

~~**8.13. Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);~~

~~**8.14. Ato de autorização** para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº~~

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Nota Explicativa: Exclusão por não se aplicar à contratação.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Municipal/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Municipal/Distrital** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

~~**8.26.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:~~

~~**8.26.1.** Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um);~~

~~**8.26.2.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e~~

~~**8.26.3.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;~~

~~**8.26.4.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped;~~

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de **10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação;

~~**8.28.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);~~

~~**8.29.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor;~~

Nota Explicativa: Exclusão por se tratar de bens a pronta entrega e de reduzida quantidade.

Qualificação Técnica

8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente em plena validade;

~~**8.31.** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso:~~

~~**8.31.1.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:~~

~~**8.31.1.1:**~~

~~**8.31.1.2:**~~

~~**8.31.2.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;~~

~~**8.31.3.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;~~

~~**8.31.4.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;~~

~~**8.31.5.** Prova de atendimento aos requisitos previstos na lei...~~

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

~~8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;~~

~~8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;~~

~~8.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;~~

~~8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;~~

~~8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e~~

~~8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador~~

Nota Explicativa: Exclusão por não se aplicar à contratação. Não será exigido atestado de capacidade técnica por se tratar de bens a pronta entrega e de quantidade reduzida.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.413.683,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.413.683,00 (um milhão quatrocentos e treze mil seiscientos e oitenta e três reais)**.

~~OU~~

~~9.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.....~~

~~OU~~

~~9.3. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.~~

~~9.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.~~

9.5. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Nota Explicativa: Mero preenchimento. Exclusão por não se aplicar à contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: [00001/200374](#)

II) Fonte: [100](#)

III) Programa de Trabalho: [172371](#)

IV) Elementos de Despesa: [4490.52/3390.30](#)

V) PI: [99900AG24](#)

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.3. Em atenção ao artigo 10 da IN 81/2022-ME, declaramos que as informações contidas neste processo licitatório não se submete a nenhuma restrição de acesso elencadas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, sendo publicada em seu inteiro teor no site www.comprasn.gov.br e no site www.pf.gov.br.

FRANCISCO HILLESHEIM JUNIOR

Papiloscopista Policial Federal

Matrícula 12.930

Chefe do NID/DREX/SR/PF/MT

PÉRICLES BESSONI PEREIRA

Papiloscopista Policial Federal

Matrícula 23.202

NID/DREX/SR/PF/MT

APROVAÇÃO:

Aprovo este termo de referência e autorizo o procedimento licitatório na modalidade de pregão eletrônico, via registro de preços, de modo a atender além da UASG SR/PF/MT, 200374, as UASGS: **SR/PF/CE, UASG 200392; SR/PF/ES, UASG 200352; SR/PF/GO, UASG 200376; SR/PF/PI, UASG 200390; SR/PF/RR, UASG 200384**, em conformidade com o artigo 3º, Inciso III do Decreto 11.462/2023.

Os materiais que ora se pretende contratar são de extrema importância, pois visa estruturar o Laboratório de Perícias Papiloscópicas do Núcleo de Identificação das Superintendências; de equipar-se tecnologicamente a fim de otimizar os resultados obtidos por meio da perícia papiloscópica, garantindo a execução das atividades fins da Polícia Federal.

As Câmaras de Vaporização são materiais permanentes e o D.F.O. (1,8-diazafluoren-9-um) é classificado como atividade de custeio, pois está diretamente relacionado às atividades comuns a todos os órgãos e entidades, apoiando o desempenho de suas atividades institucionais, sendo de grande impacto na atividade fim da Polícia Federal.

LIGIA NEVES AZIZ LUCINDO

Delegada de Polícia Federal

Superintendente Regional SR/PF/MT

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LIGIA NEVES AZIZ LUCINDO

Autoridade competente

ELIEZER GENTIL DE SOUZA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 13/11/2024 às 11:09:27.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP20_2024.pdf (245.06 KB)

Anexo I - ETP20_2024.pdf

Estudo Técnico Preliminar 20/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08320.005236/2024-15

2. Descrição da necessidade

A papiloscopia é o ramo da ciência forense que trata da identificação humana por meio das impressões papilares. Portanto, o uso de critérios técnicos e objetivos utilizados nos exames papiloscópicos são de extrema relevância para a investigação policial, na garantia da identificação inequívoca dos indivíduos. A Identificação Humana é parte fundamental do Plano Estratégico da Polícia Federal 2021/2023, atualizado pela Resolução nº 05, de 12 de agosto de 2021, na ação estratégica 2.4.3.: “garantir a identificação inequívoca do cidadão, mediante o desenvolvimento e o aprimoramento dos processos técnico-científicos da identificação do cidadão, visando o perfeito exercício da cidadania e o fortalecimento das atividades de polícia judiciária e administrativa no território brasileiro e em decorrência de ações de cooperação internacional.”

Considerando a necessidade de melhor estruturar o Laboratório de Perícias Papiloscópicas do Núcleo de Identificação desta Superintendência, de equipar-se tecnologicamente a fim de otimizar os resultados obtidos por meio da perícia papiloscópica;

Considerando a vaporização de cianoacrilato, que se caracteriza pela volatilização de monômeros de ésteres de cianoacrilato até a deposição química de um polímero nos resíduos de impressões digitais presentes em materiais periciados, como sendo uma das técnicas mais utilizadas na revelação de impressões digitais;

Considerando que a aplicação de ninidrina está entre os reagentes mais empregados para revelação de impressões latentes em suportes porosos, como papel, devido a sua capacidade de reagir com aminas primárias e secundárias, incluindo aminoácidos e proteínas, fazendo com que este composto realce impressões papilares latentes com tonalidade expressiva, em tom púrpura. Contudo, deve-se levar em conta que a presença de umidade em níveis recomendados atua positivamente na formação da coloração desejada. Outro fator preponderante é a aplicação de calor, que acelera a formação da coloração púrpura. Ainda nesta toada, salienta-se a possibilidade da aplicação da Diazafluorenona (DFO), que também quando aplicada sobre suportes porosos pode revelar impressões papilares latentes, apresentando uma coloração vermelha com excepcional desempenho quando analisada sob prisma de fluorescência. A revelação com esta última, ao contrário da primeira, sofre influência negativa da umidade, sendo também sua aplicação condicionada ao controle de umidade. Ainda com respeito à aplicação do DFO, o suporte periciado deve ser levado para aquecimento entre 100 e 180°C por período variável;

Considerando os riscos toxicológicos do cianoacrilato, assim como da ninidrina, quando usados sem os devidos equipamentos e procedimentos de segurança necessários;

Considerando ainda a IN nº 13/2005-DG/DPF, art. 198, que expressa que aos Núcleos de Identificação (NID) competem: executar as atividades de identificação papiloscópica em procedimentos pré-processuais e judiciais, em atendimento à solicitação de autoridade competente; promover estudos técnico-científicos relacionados à identificação papiloscópica; **propor a substituição ou aquisição de equipamentos específicos**; entre outras atividades;

Considerando a MINUTA DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA - INI, SEI 18818807, a qual traz a seguinte consideração:

O laboratório deverá conter os seguintes itens (sic): Câmara para vaporização de cianoacrilato com termostato.

Neste contexto, visando aprimorar os procedimentos técnico-científicos na execução de suas atividades, bem como instruir a execução das atividades nesta unidade, este NID/DREX/SR/PF/MT almeja a aquisição de dois equipamentos e um revelador químico: Câmara de Vaporização de DFO/Ninidrina, Câmara de Vaporização de Cianoacrilato e aquisição do revelador D.F.O. (1,8-diazafluoren-9-um).

Também NIDs de outras Superintendências (SR/CE, SR/PI, SR/GO, SR/ES e SR/RR) tem interesse na aquisição dos mesmo objetos, ao que sugerimos que o processo de aquisição se dê via registro de preços, com base no Decreto 11.462/2023, artigo 3º, Inciso III.

A contratação através do Sistema de Registro de Preços tem a vantagem da economia processual e da economia de escala, na medida que ao invés de seis processos licitatórios, faz-se apenas um. E com um quantitativo significativamente maior, atrai mais empresas para o certame e com maior concorrência melhores propostas são ofertadas.

Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
NID/DREX/SR/PF/MT	Francisco Hillesheim Júnior

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
NID/DREX/SR/PF/MT	FRANCISCO HILLESHEIM JUNIOR
NID/DREX/SR/PF/MT	PÉRICLES BESSONI PEREIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Câmara de Vaporização de Cianoacrilato, a saber:

- Automatizada, a câmara deve possibilitar o controle da umidade, temperatura e tempo de exposição, fatores determinantes para o sucesso na revelação de impressões digitais;
- A técnica de fumigação por vapor de cianoacrilato eleva por vezes o número de impressões digitais reveladas— quando comparada a outras técnicas — fundamental para a detecção de impressões digitais latentes em diversos casos;
- Com a aplicação de uma câmara específica, segura e eficaz, elimina-se a exposição do Perito aos gases tóxicos resultantes do aquecimento e polimerização do cianoacrilato;
- Deve proporcionar níveis de umidade adequados no interior da câmara e esta deve ser equipada com controlador automático que monitora as condições do filtro e permite o processamento automático das latentes;
- Deve propiciar filtragem que remova os odores irritantes e gases nocivos;
- Iluminação do interior da câmara através de lâmpada fluorescente a vapor. Alarmes sonoros e visuais. Sensor de Gás. Hastes e clips para pendurar as evidências. Acelerador de cianoacrilato com desligamento automático para altas temperaturas;
- Características:
- Exibições de temperatura de aquecimento da cola, umidade e *status* do ciclo interno de circulação de ar;
- Ventilação assistida, uniformidade da temperatura e umidade;
- Tempo de ciclo de processamento de evidências;
- Monitoramento do filtro de gases;
- Filtro de carbono;
- Controla os níveis de umidade;
- Usuário deve poder definir o tempo de processamento;
- Botão de acionamento de remoção dos vapores de cianoacrilato da capela;
- Lâmpadas a prova de vapores de cianoacrilato;
- Dimensões mínimas: Externo: 70 cm (largura) x 60 cm (profundidade) x 1,5 m (altura).

Câmara de Vaporização de DFO/Ninidrina, a saber:

- Câmara que permite o controle do aquecimento entre 50°- 100°C;
- Câmara climática especialmente projetada para revelar impressões digitais e marcas semelhantes em superfícies porosas.

- A evidência com impressões digitais é tratada da maneira usual, mergulhando ou pulverizando com revelador como ninidrina, DFO ou Indandione, e após uma etapa de evaporação, é processada em uma câmara climática permitindo que a evidência seja desenvolvida sob as condições ideais de temperatura e umidade para os melhores resultados.
- Opções pré-programadas para desenvolvimento padronizado e resultados consistentes, ciclos para Ninidrina, DFO e Indandione, temporizador de processo com dois alertas e diferentes modos, monitoramento de filtro e exibição da vida útil do filtro na tela, desligamento automático quando o filtro está saturado para prevenir resultados de desenvolvimento de evidências pobres e contaminação.
- Dimensões mínimas: Externo 65.0 cm x 65.0 cm x 40 cm.

Os equipamentos ora recomendados vêm ao encontro da necessidade de otimização, padronização e uniformização de técnicas, procedimentos, materiais e equipamentos no âmbito da perícia papiloscópica na Polícia Federal.

5. Levantamento de Mercado

Devido à especificidade da contratação, em sua maior parte, a pesquisa de mercado foi realizada junto a fornecedores, conforme o Inc. IV, Art. 5º, da Instrução Normativa 65/2021.

Foram obtidas três cotações das empresas Marcom, Forensics Brasil (TMB), Teclab.

Com respeito à revelação com uso de cianoacrilato, a definição dos equipamentos requeridos neste processo de aquisição levou em consideração a minuta de orientação técnica do INI/DPA/PF 18818807, o qual em seu anexo II item E prescreve:

"E) CÂMARA AUTOMÁTICA PARA REVELAÇÃO COM CIANOACRILATO Câmara automática para tratar evidências com cianoacrilato, sem tubulação, automática possibilitando a revelação de impressões papilares latentes de modo sem que o operador do equipamento fique exposto aos gases prejudiciais à saúde. O dever vir com painel de controle automático de temperatura, controles de circulação do ar, de umidade e de tempo de exposição do material periciado. Deve conter um ventilador interno que possibilite a circulação uniforme da superfície durante todo o funcionamento da câmara. Deve possibilitar que os gases sejam ser evacuados a qualquer momento pelo toque de uma tecla para impedir a super exposição do material trabalhado. O interior da câmara deve ser revestido de modo que os gases da cola não adiram às paredes. Deve prever utilização em bancada. Outras características: Temporizador de parada; Temporizador do ventilador de circulação; Temporizador da fonte de calor; Temporizador para o ciclo de remoção dos gases; Utilização de filtro de carbono."

Para a aquisição de Câmara de Cianoacrilato, a pesquisa resultou:

4.4.1 Câmara Vaporizadora CyanoSafe™

Câmara CyanoSafe™ da Sirchie, que processa evidências com cianoacrilato de maneira segura em ambinete controlado, com sucção e filtragem de gases nocivos com controle automático de temperatura e umidade, possuindo botão de "PURGE" para remoção dos vapores de cianoacrilato.

Possui controlador com as seguintes funções:

- Tempo de ciclo de processamento de evidência;
- Monitoramento da vida útil do filtro de carbono;
- Controle dos níveis de umidade,
- Lacramento automático;
- Diagnósticos de operação;
- Controle por toque de todas as funções da câmara.



Figura 1 - Câmara CyanoSafe™ da Sirchie.

4.4.2 Câmara Vaporizadora TopAir

Câmara de Cianoacrilato de TopAir é utilizada para desenvolver impressões latentes de superfícies não porosas num ambiente seguro e controlado. O cianoacrilato é colocado dentro da câmara enquanto as provas são facilmente posicionadas usando as hastes de suspensão ajustáveis. O início do ciclo aciona o sistema automático para controlar a placa de aquecimento, umidade, fechadura da porta, ventilador de circulação interna e ciclo de purga. O projeto recirculatório do sistema permite que ele funcione e se configure sem a necessidade de tubulação. Os vapores de cianoacrilato são filtrados por um filtro de carbono. Isto assegura que nenhuma substância perigosa seja exaurida para a atmosfera que envolve o laboratório. A sua construção sem condutas também permite que a unidade seja facilmente movimentada e transportada. - O sistema de controle exibe todos os parâmetros do ciclo de processamento - Os ajustes às predefinições podem ser feitos rapidamente - Pode ser ativado

automaticamente, ou manualmente com opção de controle de temperatura e umidade - Sistema de filtragem com um filtro de carbono - Iluminação LED ecologicamente correta e de baixo custo - certificado CE.



Figura 2 - Câmara Vaporizadora TopAir.

4.4.3 Câmara Ciano Safe Expert BV 360/700

O uso de métodos de vaporização com ésteres de metil, etil, Cianoacrilato é cada vez mais a técnica de escolha para revelar e perpetuar impressões papilares latentes em material de exames periciais.

Estes métodos usam vaporização de CA e seus novos derivados luminescentes são indicados para superfícies lisas ou semi-porosas para revelar uma impressão papilar latente deixada em um objeto em investigação pela justiça criminal.

O uso de novos derivados do CA, em especial os polímeros solúveis, hoje usados na revelação abre a possibilidade de que, havendo insucesso na obtenção do desenho papilar, possibilita uma extração de material biológico para posterior análise de DNA.

Utilizando a câmara CianoSafe Expert BV-360/700, o operador assume o controle do processo em toda sua extensão no modo de operação manual. Também, pode optar pelo modo automático, programando o ciclo, através do painel digital inteligente.

O operador pode acompanhar a evolução do processo, visualizando a temperatura de aquecimento, umidade, status do ciclo interno de circulação do ar, além de permitir controlar todo o processamento de revelação de IPL (impressões papilares latentes) em amostras diversas, de vários tamanhos e de suportes de distintas superfícies visualmente.

Seu sistema de recirculação de CA impossibilita o retorno do gás ao ambiente externo durante os ciclos de vaporização ou de purga. O sensor de monitoramento de gás e alarme visual trazem mais segurança e praticidade durante sua utilização.

PROCESSO DE REVELAÇÃO

Os ésteres do cianoacrilato são monômeros de hidrocarbonetos, incolor, preparados especialmente, para fins forenses. São encontrados comercialmente nas formas líquida, sólida, ou pó para preparação de solução. A revelação com CA deve ser bem monitorada para obter bons resultados, evitando que o excesso de deposição cubra toda superfície com a forma sólida do polímero.

O vapor de CA polimeriza preferencialmente em cristas das IPL, contendo componentes graxos (lipídeos), ou água (úmida) para formar uma imagem de desenho papilar na forma de polímero branco.

A taxa de revelação pelo CA depende da idade das impressões, da exposição ambiental da amostra, de contaminação e, principalmente, da natureza da superfície onde estão depositadas.

Um fator crítico para o sucesso da revelação é a umidade relativa do ar. A câmara CianoSafe Expert BV-360/700 permite ao operador, programar a umidade do ar, bem como, temperatura de vaporização adequadas aos vários processos de revelação.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- A CianoSafe Expert BV360/700 possui design moderno, leve, resistente à corrosão, durável, inerte e paredes laváveis;
- Estrutura em aço inoxidável e laterais de vidro temperado transparente, possibilitando visualização em 360 graus do processo de revelação.;
- Display de fácil operação para visualização de temperatura de aquecimento, da umidade do ar interno e status do ciclo de revelação;
- Sistema de ventilação assistida para proporcionar uniformidade da temperatura e umidade do ar no interior da câmara;
- Recurso de recirculação dos vapores que impossibilita o retorno do gás ao ambiente externo durante os ciclos de vaporização ou de purga;
- Procedimento de filtração que, ao final de cada ciclo completo de vaporização, seja retirado da câmara todo e qualquer traço de vapor de CA;
- Possibilita o uso nos modos de operação manual e no automático;
- Filtro carvão ativado, substituível;
- Possui trilhos e prateleiras modulares internas capazes de serem ajustadas para proporcionar diferentes posições, conforme necessidade;
- Permite ao operador acompanhar o desenvolvimento do processo de revelação visualmente em tempo real, monitorando o número de ciclos necessários à “boa prática laboratorial” para uma excelente revelação de IPL;
- Temperatura de vaporização do CA 120°C (cianocrilato padrão), 230°C (para os demais derivados do cianoacrilato), podendo atingir até 400 °C;
- Capacidade de ajuste do nível de umidade do ar no interior da câmara de 60% a 90%;
- Voltagem de 110V ou 220V, indicado no momento da compra.

CIANOSAFE EXPERT BV- 360/700 - USO DE CONSUMIVÉIS

- Faz uso de CA (cianoacrilato padrão e super colas comerciais);
- Faz uso de CA luminescentes (Lumiciano, Policiano, etc);
- Faz uso de CA solúveis para se necessário posterior extração de material biológico.



Figura 3 - Câmara Ciano Safe Expert BV-360/700.

Para a aquisição de Câmara de Ninidrina/DFO a pesquisa resultou:

CARACTERÍSTICAS:

- Porta com dobradiça em toda a altura e trava positiva
- Selos de segurança de silicone
- Exterior esmaltado
- Um isolamento eficiente em fibra de vidro contra altas temperaturas envolve todo o forno da câmara
- Controlador de temperatura de estado sólido com mostrador digital
- Interruptor frontal LIGA/DESLIGA
- Controle frontal com ajuste original de fábrica para obter revelação com DFO ideal
- Facilmente ajustável
- Forno da câmara com sistema de fácil limpeza
- Porta em vidro temperado com painel duplo e clara à visão permite monitoramento sem desequilibrar a atmosfera controlada da câmara

ESPECIFICAÇÕES:

DFC200:

- *Dimensões:* 66 cm x 66 cm x 40,3 cm (26" x 26" x 15,875")
- *Peso líquido:* 33,1 kg (73 lbs.)

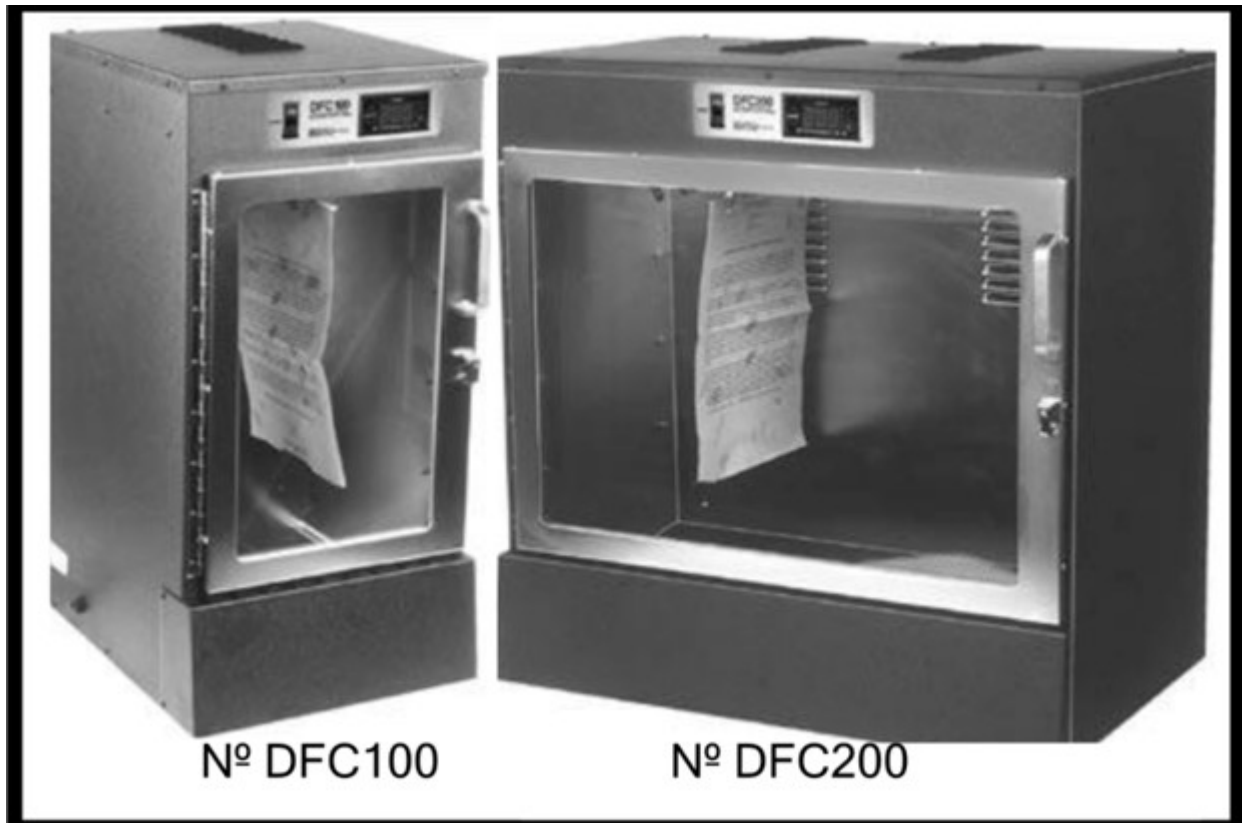


Figura 4 - Câmara Ninidrina/DFO. Fonte: https://www.forensicsbrasil.com.br/catalogos/sirchie/impressoes_latentes.pdf

As propostas (orçamentos) estão apresentados nos documentos SEI Forensics (37272931), Marcom (37272932), Teclab (37272933), Solab (37272944), Pirâmide (37250927), Equipatec (37283591), Pregão (37251382), CSI (37252052), Conecta 190 (37284778), Painele de Preços (37285051), Bass (37252497) e ATA SP (37286286).

6. Descrição da solução como um todo

A solução que se pretende contratar é a aquisição de câmaras específicas para revelação de impressões digitais com uso de fumigação de cianoacrilato ou ninidrina e DFO. Tais equipamentos, além de aumentar a eficácia da revelação, auxiliando a obter a autoria nas investigações de polícia judiciária, fornecem uma maior segurança aos peritos envolvidos no processo.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Estimativa das quantidades a serem contratadas

Item	Especificação	CATMAT	Unidade	Valor Unitário	SR /PF /MT	SR /PF /CE	SR /PF /ES	SR /PF /GO	SR /PF /PI	SR /PF /RR	SOMA	TOTAL
1	Câmara de Vaporização de DFO/Ninidrina	424385	unidade	R\$ 36.966,00	1	1	1	1	1	1	6	R\$ 221.796,00
2	Câmara de Vaporização de Cianoacrilato	424385	unidade	R\$ 220.000,00	1	1	1	0	1	1	5	R\$ 1.100.000,00
3	D.F.O. (1,8-diazafluoren-9-um), frasco spray 100 ml	226723	unidade	R\$ 986,00	3	1	3	3	3	2	15	R\$ 14.790,00
												R\$ 1.336.586,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 27,00

O investimento a ser custeado pela SR/PF/MT será de R\$ 272.540,00 (duzentos e setenta e dois mil quinhentos e quarenta reais).

Item	Especificação	CATMAT	Unidade	QUANT.	MEDIANA	TOTAL
1	Câmara de Vaporização de DFO/Ninidrina	424385	unidade	1	R\$ 50.983,00	R\$ 50.983,00
2	Câmara de Vaporização de Cianoacrilato	424385	unidade	1	R\$ 220.000,00	R\$ 220.000,00
3	D.F.O. (1,8-diazafluoren-9-um), frasco spray 100 ml	226723	unidade	3	R\$ 519,00	R\$ 1.557,00
						R\$ 272.540,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Por se tratar da aquisição de 1 unidade de cada equipamentos distintos, não há como parcelar o objeto do contrato, não podendo haver divisibilidade. E o item 3, que é material de consumo tem uma quantidade pequena (apenas 3), que não seria viável o parcelamento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes, exaurindo os efeitos a partir do cumprimento das obrigações entre as partes contratantes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O Plano Estratégico da Polícia Federal 2024/2027.

Item	Especificação	ID DO ITEM NO PCA	CLASSE/GRUPO	Identificador da Futura Contratação	Id pca PNCP	Data de publicação no PNCP	Plano das Unidades
1	Câmara de Vaporização de DFO /Ninidrina	64	6640 - EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE LABORATÓRIO	200374-33 /2024	00394494000136-0-000040/2024	29/05/2023	00394494000136-0-000040/2024
2	Câmara de Vaporização de Cianoacrilato	65	6641 - EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE LABORATÓRIO	200374-33 /2024	00394494000136-0-000040/2024	29/05/2023	00394494000136-0-000040/2024
3	D.F.O. (1,8-diazafluoren-9-um), frasco spray 100 ml	66	6642 - EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE LABORATÓRIO	200374-33 /2024	00394494000136-0-000040/2024	29/05/2023	00394494000136-0-000040/2024

A adoção da ação estratégica 2.4.3: **a identificação inequívoca do cidadão, mediante o desenvolvimento e o aprimoramento dos processos técnico-científicos da identificação do cidadão**, visando o perfeito exercício da cidadania e o fortalecimento das atividades de polícia judiciária e administrativa no território brasileiro e em decorrência de ações de cooperação internacional; bem como na ação estratégica 2.3.8: **atuar, com base em evidências, para reduzir os índices de criminalidade sob responsabilidade da Polícia Federal**, através do direcionamento de ações e recursos para investigações que tenham como objeto organizações criminosas de alto poder ofensivo e os criminosos mais prolíficos.

Pode-se citar, ainda, a Instrução Normativa nº 013, de 15 de agosto de junho de 2005, em especial, ao que estabelece o seu Art. 102 que diz que compete ao Serviço de Identificação Papiloscópica e de Representação Facial: V - promover estudos sobre legislação e jurisprudência, bem como pesquisas em sua área de atuação, **propondo diretrizes visando a padronização de procedimentos e o aprimoramento de suas ações**.

Dessa maneira, a contratação em pauta justifica-se em razão de sua relevância e oportunidade em relação aos objetivos estratégicos deste Órgão e as necessidades da Área Requisitante, devidamente aprovadas pelo Ordenador de Despesas.

O solicitação da aquisição dos equipamentos em tela já foi consignada no processo SEI 08320.005894/2022-37, contudo por orientação do SELOG/SR/PF/MT foi iniciado este novo processo em consonância com os normativos vigentes mais atuais.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Otimização, padronização e maior acurácia dos procedimentos técnicos realizados no laboratório do NID/DREX/SR/PF/MT, com o uso de tecnologia adequada, conferindo robustez ao processo de identificação inequívoca de suspeitos, com segurança aos peritos envolvidos nas atividades de perícia papiloscópica da Polícia Federal.

13. Providências a serem Adotadas

Não há.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A empresa CONTRATADA deverá observar o disposto no art. 5º da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG referente à sustentabilidade socioambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteresdif enil-polibromados (PBDEs).

A empresa deverá orientar seus funcionários sobre a responsável destinação ambiental de resíduos eletroeletrônicos, de embalagens, invólucros e demais materiais de consumo inservíveis recicláveis, bem como do uso regular das embalagens, conforme Política Nacional de Resíduos Sólidos.

No que tange a realização das atividades periciais, o uso dos equipamentos reduzirá de sobremaneira a utilização de reveladores químicos e físicos danosos ao meio ambiente e à saúde dos especialistas.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Por todo o exposto, a aquisição dos referidos equipamentos não somente é recomendada, mas imprescindível para a modernização do parque tecnológico e aprimoramento das atividades realizadas pelos servidores responsáveis pela identificação humana por meios das impressões papilares no órgão.

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FRANCISCO HILLESHEIM JUNIOR

Membro da comissão de contratação

PERICLES BESSONI PEREIRA

Membro da comissão de contratação

LIGIA NEVES AZIZ LUCINDO

Autoridade competente